



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/07/2016 - Instituto Telecom

### Nossa Opinião – O Gato da Oi



No livro Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carrol, há um diálogo de Alice com o Gato de Cheshire no qual ela pergunta: “O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?”. O Gato responde:

“Isso depende muito de para onde você quer ir”. E Alice: “Não me importo muito para onde”. Ao que o Gato retruca: “Então não importa o caminho que você escolha”.

É assim que os controladores da Oi administram a empresa. Como eles não se importam para onde ir, qualquer saída vale.

São muitas as decisões erradas e desastrosas tomadas por eles desde a privatização: a compra da Brasil Telecom sem ter dinheiro em caixa; as promessas da parceria com a Portugal Telecom; a não participação no leilão da frequência de 700 MHz, vital para disponibilizar o serviço 4G; a troca incessante de presidentes. Um barco desgovernado, que não sabe para onde vai. Apenas o lucro interessa a esses senhores.

Apesar desse acúmulo de erros, a direção da Oi parece gostar de se superar a cada semana. Tudo com a complacência da Anatel. O que eles estão fazendo agora? Tentando se desfazer desesperadamente de todos os ativos alicerçados na África e na Ásia, no caso em Angola, Namíbia, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Quênia, Moçambique e Timor Leste.

O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou o sumiço de R\$ 10,5 bilhões entre 2011 e 2013, relativos aos bens reversíveis da Oi, e mandou a Anatel analisar o que houve em relação a essa mágica de redução de patrimônio. Aliás, a agência já deveria ter feito essa fiscalização uma vez que os bens, como informa o nome, são reversíveis, ou seja, voltam ao Estado ao final da concessão.

A guerra entre acionistas minoritários, majoritários e agentes do mercado continua, à revelia dos interesses da sociedade que não é consultada em nenhum momento sobre quais deveriam ser as medidas a serem tomadas pelo Estado em relação a Oi. É sempre bom lembrar que o artigo 21 inciso XI da Constituição Federal deixa claro que a titularidade dos serviços de telecomunicações é do Estado. Portanto, são serviços essenciais e, em última instância, os bens utilizados para a prestação do serviço pertencem a toda população brasileira.

O Instituto Telecom reafirma que não há outra saída que respeite a Lei Geral de Telecomunicações e a sociedade que não seja a intervenção imediata na Oi.

Quanto ao Gato da Alice, ele tinha duas características marcantes: o sorriso pronunciado e sua capacidade de aparecer e desaparecer. O sorriso sarcástico guarda grande similitude com a forma desastrosa com que a Oi vem sendo administrada. A capacidade de aparecer e desaparecer lembra a postura da Anatel, que surge para concordar com os administradores da Oi e desaparece quando deveria intervir imediatamente na empresa.

**Instituto Telecom, Terça-Feira, 19 de julho de 2016**



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/07/2016 - Telesíntese

# Vivo adota metodologia do Vale do Silício para transformação digital

Segundo Ricardo Sanfelice, responsável pela recém criada vice-presidência de Estratégia Digital e Inovação da empresa, a missão é fazer com que 80% dos processos de sua área sejam desenvolvidos dentro de um novo conceito de trabalho, conduzido por pequenas equipes multidisciplinares, os chamados “esquadrões”. Com isso, o desenvolvimento de produtos digitais para os usuários vai ganhar maior agilidade, produtividade e eficiência.

A adoção da metodologia de trabalho, que começou neste mês de julho, envolve a formação de pequenas equipes, de sete a 12 pessoas, para desenvolver uma tarefa. Cada equipe, ou squad (esquadrão), é dirigida por um líder, que tem como principal tarefa ser o facilitador do trabalho. Atingido o objetivo, forma-se nova equipe para outra missão. “É um novo jeito de trabalhar, onde a equipe desenvolve o produto, testa, verifica as falhas e aprende com elas”, conta Ricardo Sanfelice, responsável pela recém-criada vice-presidência de Estratégia Digital e Inovação da Vivo.

A metodologia é responsável por muito do sucesso das empresas do Vale do Silício. E a Vivo decidiu incorporar-la, a partir deste mês de julho, para, segundo Sanfelice, tornar a empresa mais leve, mais ágil e mais produtiva. Como se trata de uma mudança cultural bastante radical, a nova metodologia começa a ser introduzida justamente nas áreas da empresa mais envolvidas com tecnologia e inovação: a de desenvolvimento de produtos digitais e a de Tecnologia da Informação, que dá a infraestrutura tecnológica para a primeira.

Não vai ser uma tarefa fácil transformar uma grande operadora, que caminha como um mamute, em uma gazela. Mesmo com a introdução de novos métodos de trabalho, a partir da privatização, em 1998, a Telefônica Vivo ainda tem resquícios da enorme burocracia das estatais. Originou-se da antiga Telesp e foi comprada pela espanhola Telefônica, também uma ex-estatal.

Nova cultura

Sob o comando de Sanfelice, que acompanha Amos Genish, presidente da Telefônica Vivo, desde os tempos da GVT, estão todas as iniciativas digitais, antes dispersas por diferentes áreas da empresa. São

quatro pilares da atuação da nova vice-presidência: canais digitais, Business Intelligence e Big Data, produtos digitais e inovação e empreendedorismo.

O objetivo da área de canais digitais é fazer com que cada vez mais usuários se relacionem com a operadora através deles, sem recorrer ao call center ou às lojas. Para isso, diz Sanfelice, é preciso entender o comportamento do consumidor, como ele se relaciona com as redes sociais, “para melhorar o que já temos e oferecer novos serviços”.

Nesse segmento, a Vivo já tem várias ofertas, como o Meu Vivo, um aplicativo onde o usuário do serviço móvel – e mesmo fixo – pode realizar inúmeras atividades de seu relacionamento com a operadora, de consultar o consumo de dados, checar a fatura, fazer recarga a agendar atendimento em uma loja física. O Meu Vivo já soma 11 milhões de downloads e seu volume mensal de acessos cresceu 300% em um ano. “O que temos que fazer é colocar mais serviços na rede”, diz Sanfelice.

Mas tanto para entender o comportamento do cliente nas redes sociais como para lhe oferecer novos serviços digitais um insumo essencial são os seus dados: como acessa, quando acessa, o que consome e de que forma. Não é por outro motivo que todo o tratamento dos dados do cliente por meio de tecnologias como BI e Big Data também está sob o guarda-chuva da vice-presidência de Estratégia Digital e Inovação. “São mais de 120 pessoas, das quais 50 são cientistas de dados, profissionais altamente qualificados que fazem a modelagem dos dados do cliente”, explica Sanfelice.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/vivo-adota-metodologia-do-vale-do-silicio-para-transformacao-digital/>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/07/2016 - O Cafezinho

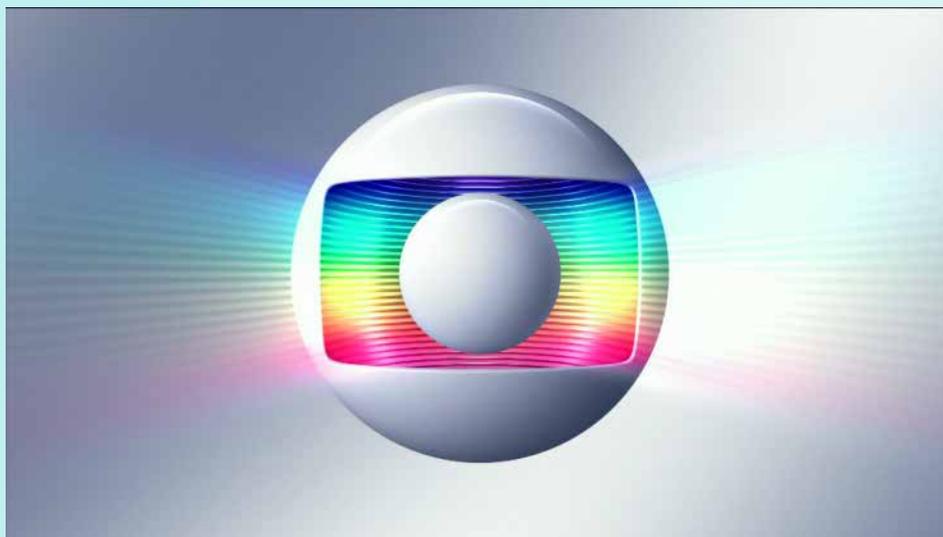
# Os desejos do golpe, a classe média e a libido fabricada pela mídia

A situação vivida no Brasil hoje viola a tal ponto qualquer princípio de realidade, que não podemos entendê-la sem a engenharia do inconsciente das classes médias, lapidado pela mídia nos últimos anos. Sem isso não conseguimos

explicar como fatos tão insólitos, como esse de corruptos veteranos liderarem um golpe para “combater a corrupção”, sejam aceitos e comemorados por esses grupos.

Um golpe dado pela força combinada da mídia, do judiciário, de políticos afundados na corrupção até o pescoço, e de setores empresariais, derrubou um governo democraticamente eleito e o fez contrariando a Constituição. Para tentar legitimá-lo e conferir a ele um verniz de legalidade, se pôs em prática artimanhas as mais ridículas e risíveis. Dentre elas, a de juntar os depoimentos de alguns ministros do STF para nos dizer que o impeachment está na Constituição e, portanto, não é golpe.

Com a mesma lógica se pode dizer que, se o assassinato em legítima defesa está no Código Penal, quem mata não comete crime. Ora, nem todo assassinato é em legítima defesa. A maioria dos homicídios, não se enquadra nessa etiqueta. Há um abismo, uma distância enorme, entre um princípio ou lei estar na Constituição ou no Código Penal e aplicar-se em um caso concreto. O argumento de que o impeachment está na Constituição e por isso não é crime, é do tipo publicitário, fabricado pelo marketing da Globo, e viola todas as leis da argumentação jurídica ou política. Ele se destina a um público zumbi.



O mundo da propaganda nos incita a consumir sem pensar, e não a problematizar ou refletir.

Esse público foi fabricado por décadas de lixo televisivo, de empobrecimento da percepção e da capacidade de problematizar. Diferente dos

que nunca tiveram acesso à educação, eles tiveram e têm, mas as toxinas da mídia extinguíram neles a capacidade de pensar. Em seu lugar, receberam um implante duo core de ódio e amor, acionado à distância por slogans publicitário-políticos:

- O PT acabou com o Brasil; bandido bom, é bandido morto; direitos humanos, para humanos direitos; Direitos dos héteros estão sendo violados; Negro é feio e loiro é bonito; Beleza são as “musas” expostas no açougue dos Portais; Tem gente que tem cara de pobre; Ele saiu da pobreza mas a pobreza não saiu dele, etc.

Esse catálogo de idiotices só funciona porque tem como dispositivo afetivo o dueto de ódio e amor. Sem o ódio que cega, e sem as projeções amorosas incitadas pela mídia, não funcionaria. É impossível ignorar que as massas do golpe amam os objetos, os valores sociais, os ambientes, que o marketing e a mídia os ensinaram amar. Eles amam tudo que lembra poder e riqueza, como os ambientes de luxo que veem nas novelas. Um índice interessante disso é a decoração de residências da classe média e alta, que passou há algum tempo a seguir o modelo clean da decoração e do mobiliário das empresas.

Leia mais em:

<http://fndc.org.br/clipping/os-desejos-do-golpe-a-classe-media-e-a-libido-fabricada-pela-midia-949853/>

18/07/2016 - Portal Vermelho

## Diretor da Fiesp é o maior devedor da União. Quem paga o pato?

Enquanto grandes empresários sonegam, o povo paga o pato. Sob o discurso da moralidade, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) tem sido uma das principais apoiadoras do impeachment contra Dilma Rousseff. Nesta segunda (18), contudo, O Estado de S. Paulo divulga que um dos diretores da entidade – que espalhou patinhos de borracha pelo país em sua cruzada contra a carga tributária –, o empresário Laodse de Abreu Duarte, é o maior devedor da União entre as pessoas físicas.

Ele deve R\$ 6,9 bilhões em impostos ao governo federal, valor superior às dívidas da Bahia, de Pernambuco e de outros 16 estados individualmente. Segundo o jornal, Duarte já foi condenado à prisão por crime contra a ordem tributária, mas recorreu. Ele é um dos milhares de integrantes do cadastro da dívida ativa da União, que concentra débitos de difícil recuperação.

A reportagem mostra ainda que, além do diretor da Fiesp, dois de seus irmãos - Luiz Lian e Luce Cleo – também têm dívidas superiores a R\$ 6,6 bilhões. Eles integram um grupo seletivo de cerca de 13,5 mil pessoas que devem mais de R\$ 15 milhões para o país e são responsáveis por mais de três quartos do total devido à União.

Essa elite tem débitos que, somados, equivalem a R\$ 812 bilhões. O valor é 4,7 vezes o déficit orçamentário de R\$ 170,5 bilhões apresentado como meta fiscal para este ano pelo governo provisório. Ou seja, se esse grupo pagasse o que deve, a situação fiscal do país seria outra, de grande superávit primário.



Mas, ao invés de ir atrás de recuperar essas receitas em potencial, a estratégia para equilibrar as contas tem se baseado no corte de gastos. Essa opção do atual governo interino significa retirada de direitos e esvaziamento de políticas públicas. O peso da crise recai, portanto, nas costas do povo.

De acordo com o ministro do Planejamento Dyogo Oliveira, a União

tem R\$ 1,5 trilhão de dívida ativa registrada. De acordo com a especialista em Orçamento Público e assessora do Inesc, Grazielle David, deste montante, R\$ 252 bilhões integram processos transitados em julgado. Trata-se portanto de uma quantia que já poderia ser recuperada aos cofres públicos.

Segundo O Estado de S.Paulo, integrantes da família Abreu Duarte foram incluídos como corresponsáveis em um processo tributário que envolveu uma de suas empresas, a Duagro - que deve, no total, R\$ 6,84 bilhões ao governo.

A Fazenda diz que a empresa realizou supostas operações de compra e venda de títulos da Argentina e dos Estados Unidos sem pagar os devidos tributos entre 1999 e 2002. O Ministério Público denunciou que a Duagro “fraudou a fiscalização tributária” e a Procuradoria suspeita que a empresa tenha servido como “laranja” em “um esquema de sonegação ainda maior, envolvendo dezenas de outras renomadas e grandes empresas, cujo valor somente poderá vir a ser recuperado, em tese, se houver um grande estudo do núcleo central do esquema”.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

O mesmo Laodse de Abreu Duarte coleciona citações em esquemas de corrupção. Em 2004, foi indiciado no esquema do Banestado. Ele também é citado em inquéritos sobre o esquema do mensalão.

Antes disso, em 2003, o empresário foi condenado a cinco anos de prisão, após ser acusado pelo Ministério Público de participar de suposto esquema de falsificação de operações de exportação de soja, com valor superior a US\$ 60 milhões. Em 2006, o Ministério da Justiça pediu aos Estados Unidos colaboração para investigar a suspeita de lavagem de dinheiro e crimes financeiros.

À reportagem, o empresário Laodse de Abreu Duarte informou, por e-mail, que sua condenação por

crime contra a ordem tributária ainda não foi julgada em segunda instância, "o que torna precipitado qualquer conclusão ou juízo". Ele negou que a empresa tenha participado do suposto esquema de sonegação fiscal descrito pela Procuradoria e disse não ter nenhum tipo de ligação com os casos do mensalão e do Banestado.

Em uma nota seca, a Fiesp negou ter responsabilidade sobre questões pessoais, profissionais ou empresariais de seus diretores e conselheiros. A postura é contraditória com aquela vista durante as marchas a favor do impeachment, em que se dizia contra a corrupção e, ironicamente, a favor da redução dos impostos.

18/07/2016 - Rede Brasil Atual

## Com PEC de Temer, gasto social perderia R\$ 3,2 trilhões de 2003 a 2015

Segundo professor, valor representa o quanto o país teria deixado de investir na área social nos governos Lula e Dilma, caso a emenda à Constituição criada pela equipe interina estivesse vigente

O Brasil teria deixado de investir R\$ 3,2 trilhões na área social entre 2003 e 2015 se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 estivesse em vigência desde o início desse período. Enviada pelo governo interino de Michel Temer ao Congresso, a PEC pretende congelar os gastos do setor público, em todas as suas esferas, por um período de 20 anos, admitindo correção de orçamento apenas pela inflação do ano anterior, o que elimina os aumentos reais que buscam acompanhar a alta de demandas da população.

A estimativa do impacto da PEC foi calculada pelo professor de Economia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Daniel Arias Vazquez e está em artigo publicado hoje (18) pela Plataforma Política Social. Segundo Vazquez, essa proposta retira "a decisão do gasto da esfera política ao estabelecer um indexador econômico fixo, que não possui qualquer relação com capacidade de arrecadação (receita) ou com as demandas por bens e serviços públicos (despesa), que são as variáveis centrais da função alocativa

de qualquer governo".

O pesquisador sustenta que a fórmula é uma invenção sem experiência internacional ou respaldo teórico algum, cujo objetivo único é criar um "ambiente ideal para negócios financeiros". Vazquez considera que a PEC – um dos pilares fundamentais da política de cunho neoliberal e conservador que o governo interno quer consolidar – desestrutura o financiamento da política social, lançando mão também da desvinculação dos gastos constitucionais mínimos em educação e seguridade social, que inclui saúde, assistência social e a Previdência.

"Tais vinculações expressam conquistas sociais que foram garantidas na Constituição de 1988, visando a estabelecer prioridade e preservar o gasto público nestas áreas sociais, independentemente do governo que estivesse no poder", afirma.

**Leia o artigo completo:**

<http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/07/DesmonteSocialPlanoTemer.pdf>